

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

NOTA DA REDACÇÃO — Apresentamos a seguir o documento enviado pela Redacção de «Cadernos» ao Senhor Ministro da Educação Nacional e relativo aos textos programáticos do «Projecto do sistema escolar» e das «Linhas gerais de reforma do ensino superior» que tinham sido submetidos a discussão pública.

Ex.^{mo} Senhor Ministro da Educação Nacional
Campo dos Mártires da Pátria, 2 — Lisboa 1

Reforma do Ensino Superior — Arquivistas, Bibliotecários e Documentalistas

Excelência

A Redacção de «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação», revista técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses, no desejo de «contribuir para a definição do sistema educativo português» no campo que particularmente lhe diz respeito e correspondendo, por outro lado, ao convite dirigido por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional a todo o País, vem referir alguns pontos que também deveriam ser tidos em conta no «sistema que constituirá o suporte de acções destinadas a promover a necessária e profunda renovação do ensino em Portugal». São evidentemente referências genéricas, pois de momento mais não é pedido. Elementos concretos, contribuições específicas, colaboração especializada, dá-los-emos quando, em fase futura, forem solicitados.

1. Deve primeiro que tudo lamentar-se que nem no «Projecto do sistema escolar» nem nas «Linhas gerais de reforma do ensino superior» se tivessem dedicado algumas palavras ao papel a desempenhar pela biblioteca, pelo arquivo e pelo centro de documentação no contexto desses sistemas. Apesar da natureza pragmática desses textos, e mesmo em virtude desse facto, teria sido útil uma indicação que permitisse concluir até que ponto o problema faz parte das preocupações superiores e qual a orientação que ao mesmo se pretende em princípio imprimir.

2. Atendendo à consciência que actualmente se tem já desse problema, crê a Redacção de «Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação» que se torna desnecessário justificar aqui a importância fundamental do elemento informativo nos dias de hoje, na sua triplíce manifestação material: bibliográfica, arquivística e documental. Sem fontes de referência não pode haver ensino nem investigação — MAS NÃO BASTA TAMBÉM QUE AQUELAS EXISTAM QUANDO NÃO PODEM SER APROVEITADAS E CONVENIENTEMENTE UTILIZADAS. O documento exige tratamento técnico e este requer estruturas materiais e pessoais adequadas.

3. É concepção hoje aceite à escala mundial que a planificação das bibliotecas se deve inserir na planificação da educação, integrando-se esta, por sua vez, na planificação social e económica de um país ou de uma região. Levar-nos-ia bastante longe uma análise exaustiva das interdependências assim estabelecidas. Como não é nosso objectivo enveredar por caminhos de pura ordem técnica, vamos limitar-nos a três problemas fundamentais, de cuja solução decorrerá toda uma série de consequências para a «obra, de tanta importância para o País, que se deseja realizar» no campo educativo.

3.1 Formação profissional

3.1.1 Quadros superiores

Uma biblioteca, um arquivo, um centro de documentação têm hoje missões diferenciadas, embora partam de um tronco comum de processos técnicos que pouco a pouco se irão diferenciando conforme os objectivos a atingir. Esses processos técnicos constituem o escopo de ciências altamente evoluídas como a Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação — as quais nos levarão, em futuro que não diremos remoto, à Ciência da Informação, a Informática, à Automação e a outros caminhos que paulatinamente iremos trilhando.

Daqui uma importante consequência: a preparação dos técnicos que dirigem esses estabelecimentos tem de ser encarada em face de realidades prementes. A necessidade de bibliotecários, arquivistas e documentalistas qualificados é, em toda a parte, uma constante do nosso tempo — e Portugal também não foge à regra. Simplesmente, nem o Curso de Bibliotecário-Arquivista professado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra desde 1935 (Decreto-Lei n.º 26 026, de 7 de Novembro deste ano), nem o Estágio para a Preparação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas estabelecido em 1969 (Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio deste ano), correspondem às necessidades do País neste sector. A estrutura e currículos desses cursos acham-se já ultrapassados ou não encontraram condições para satisfazerem cabalmente as exigências actuais.

É necessário, por outro lado, atender a que um curso destes implica uma prévia formação de carácter cultural que posteriormente vem a servir de base à formação profissional propriamente dita, isto é, à aprendizagem dos processos técnicos que são próprios da Biblioteconomia, da Arquivística e da Documentação. De facto, na preparação dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas, as disciplinas de pura ordem cultural são tão instrumentais como as técnicas.

O novo sistema do ensino português não deve, pois, ignorar a formação profissional dos especialistas da informação — e a mesma, pelas implicações culturais atrás expostas, nunca deveria sair dos quadros universitários. Seria, inclusivamente, de encarar uma licenciatura em Biblioteconomia — mas o que é, acima de tudo, importante é actualizar o curso julgado mais apto para a preparação dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas portugueses. Poderá recorrer-se, para tanto, às lições da experiência que nos últimos anos tem sido adquirida entre nós e, ainda, à muita bibliografia também recentemente publicada sobre o assunto.

Aspecto a merecer ainda referência é o da constituição de um corpo permanente de professores da especialidade dentro dos quadros universitários, pelo menos nas disciplinas de carácter técnico a que acima se faz alusão.

Por outro lado, dentro da ordem de ideias que tem presidido à elaboração de recentes disposições legislativas emanadas do Ministério da Educação Nacional, não deve ser esquecido o problema da investigação em Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. A carreira de investigador nestas disciplinas deverá ser estimulada e a seu favor deverão tomar-se medidas que lhe dêem um estatuto adequado.

3.1.2 Quadros médios

Paralelo ao problema da formação dos quadros superiores, acha-se o do pessoal médio das Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação, cuja função é coadjuvar o pessoal superior e dirigir mesmo pequenas bibliotecas ou secções de uma grande biblioteca destacadas para fora da sua sede (caso, por exemplo, das bibliotecas municipais). Tal formação deveria constituir um curso a integrar no ensino médio técnico, como se pratica, entre outros países, na Alemanha, onde existem, com esse fim, escolas técnicas de Biblioteconomia sob a supervisão da Universidade.

3.2 A Biblioteca e o Ensino

O «planeamento necessário ao desenvolvimento do que se propõe» nos dois textos programáticos a que nos temos vindo a referir não poderá deixar de incluir o planeamento da biblioteca escolar em Portugal. Obtidos «os recursos humanos, materiais e financeiros» a que alude o projecto, esse planeamento aparecerá como o primeiro e lógico passo seguinte. Ele permitir-nos-á não só tirar o maior partido das verbas que venham a ser concedidas mas também coordenar e inter-relacionar toda a rede das bibliotecas escolares portuguesas.

As bibliotecas que servem as instituições de ensino superior têm sido alvo, nos últimos tempos, de particulares atenções por parte das esferas competentes do Governo da Nação. Julgamos mesmo, por esse motivo, que o Secretariado da Reforma Educativa já estará de posse dos elementos relativos à maioria dessas bibliotecas, incluindo sobretudo a nota exacta das suas deficiências e maneira de as vencer.

No caso do ensino primário e do secundário necessitar-se-á, primeiro que tudo, de uma prospecção bibliográfica do que já existe. De facto, ao lado de liceus com amplas bibliotecas e fundos bibliográficos muito valiosos mas pouco adequados ao ensino neles professado, existem outros deficientemente servidos mesmo nesse capítulo. Por outro lado, raras são as escolas primárias que possuam ao menos pequena biblioteca de uma centena de volumes.

Essa prospecção, aliás, deve ter em conta a existência de organismos de educação e cultura na comunidade onde se situa a escola, para uma possível coordenação e enquadramento entre os recursos bibliográficos desta última e o daqueles.

O que importa primordialmente é habituar a criança a não confinar a sua sede de conhecimentos só ao que é dado nas aulas. Criando-se o hábito da leitura e da pesquisa de dados para os trabalhos escolares está indirectamente a fomentar-se a investigação científica do futuro e a formar-se o investigador e o utilizador da biblioteca, do arquivo e do centro de documentação capaz de orientar o seu trabalho em termos bem definidos.

A constituição de bibliotecas para qualquer dos níveis de ensino deverá ter em conta, por outro lado, uma proporção entre professores, alunos e livros consoante tabelas que constam de obras teóricas sobre esta matéria.

Na planificação das bibliotecas escolares não deverá, pois, esquecer-se a quantificação dos elementos bibliográficos, o que é sumamente importante para o estabelecimento de «mínimos» na constituição dos fundos e do pessoal encarregado dos mesmos. À frente deste último seria desejável que todos os estabelecimentos de ensino com mais de 500 (quinhentos) alunos dispusessem de um bibliotecário incluído no seu corpo docente, com reconhecidas capacidades não só técnicas (Curso de Bibliotecário-Arquivista) mas também pedagógicas (frequência do Departamento de Ciências da Educação). O seu papel seria, ao mesmo tempo, o de um professor, cabendo-lhe orientar as leituras dos alunos em geral segundo o programa dado nas diversas disciplinas e dirigir as actividades culturais que tenham por fulcro os recursos disponíveis da biblioteca do seu estabelecimento de ensino.

3.3 Educação permanente

A educação permanente tem por fim completar e continuar a acção da escola, possibilitando a jovens e adultos uma permanente actualização de conhecimentos depois da frequência de cursos escolares. Sem ela e nos casos em que um indivíduo se limita a tirar o curso primário elementar, há como que um regresso a um estado de analfabetismo funcional, diluindo-se assim a possibilidade de valorização individual através da cultura. Com o objectivo de evitar semelhante retrocesso, a educação permanente procura os meios e as condições que permitam essa valorização individual. Um desses meios é a educação pela

leitura — o que pressupõe, portanto, a biblioteca e um plano de leitura pública à escala nacional, acomodado à idade, à instrução à idiossincrasia, às necessidades dos seus utilizadores potenciais.

Sendo o conceito de educação permanente suficientemente amplo para abranger todos os níveis de ensino, do infantil ao pós-universitário, sugere-se que o esquema definitivo do sistema escolar português indique concretamente a missão da biblioteca, do arquivo e do centro de documentação relativamente a cada um desses níveis. Esquemáticamente deveriam ser referidos os seguintes pontos:

3.3.1 Definição precisa do papel da biblioteca na educação permanente, como instituição que possibilita o acesso à cultura e informação extra e pós-escolar, na sua dupla função de despertar o interesse pela leitura e de a facilitar, orientando a escolha e proporcionando a reflexão.

3.3.2 Instrumentos de difusão das ideias que deverão constituir os fundos de uma biblioteca em função dos leitores a que se destina: livros, folhetos, jornais, mapas, gravuras, filmes, diapositivos, discos, etc., apontando-se a necessidade de tratamentos específicos e o papel que lhes poderá ser atribuído em inúmeras actividades complementares da consulta individual.

3.3.3 Vários tipos de bibliotecas em função de vários níveis de leitores: bibliotecas infantis e juvenis; bibliotecas gerais (que podem ter secções infantis e juvenis); bibliotecas especializadas. Papel particularmente importante destas últimas na actualização de conhecimentos.

3.3.4 Meios de actuação:

3.3.4.1 Organização e orientação da leitura

3.3.4.2 Actividades complementares: cursos, conferências, audições, exposições, diálogos orientados, colóquios, projecção de filmes ou diapositivos, etc.

3.3.4.3 Coordenação e enquadramento dos esforços de vários outros organismos de educação e cultura da comunidade em que se situa a biblioteca, o arquivo ou o centro de documentação.

3.3.5 Condições de funcionamento:

3.3.5.1 Planeamento a nível nacional do serviço de bibliotecas

3.3.5.2 Textos legislativos precisos

3.3.5.3 Financiamento, quer pelo Estado quer por instituições particulares, que possibilite o cabal cumprimento da missão da biblioteca

3.3.5.4 Acesso a todos os membros da comunidade

3.3.5.5 Pessoal competente, devidamente apoiado, técnica e materialmente.

Queira V. Ex.cia aceitar os mais respeitosos cumprimentos

Pela Redacção de «Cadernos»

JOAQUIM TOMÁS MIGUEL PEREIRA

Coimbra, 2 de Setembro de 1971.

Das Bibliotecas Municipais no Algarve — Instalações e criação de bibliotecas

São bem poucos os estabelecimentos congêneres existentes na Província. Mas outro mal surge que é o das suas instalações precárias e acanhadas. Há em certos sectores uma disparidade grande entre os interesses pelos problemas culturais e a favor dos puramente tecnicistas o que poderá acarretar fortes inconvenientes, até mesmo para quem vê a vida quase só numa perspectiva económica.

Teremos de vencer a fase de arranque levantando edifícios e instalações próprias e com recheio actualizado, tudo devidamente organizado, bem como fundando novas bibliotecas,

na medida em que a leitura continua a ser o melhor meio de aquisição de cultura. Há que aproveitar os hábitos de leitura dos ex-estudantes (de todos os graus), estabelecendo o elo de continuidade absolutamente indispensável sob pena de se perder, em grande parte, o esforço despendido pelo Governo no domínio da educação, principalmente em relação ao momento presente em que nos devemos orgulhar de ser gigantesco.

Ainda há apenas cerca de quarenta anos só Faro e Tavira tinham bibliotecas públicas municipais regularmente organizadas neste Distrito. Posteriormente, Portimão, Loulé, Vila Real de Santo António, Monchique, Lagos e Silves surgiram entre os centros dotados com aqueles meios de cultura. Em Loulé, contudo, actualmente apenas funciona nas suas instalações uma biblioteca da Fundação Gulbenkian. Semelhante situação se verifica em Silves, Monchique e Lagos.

Continuam, pois, a ser extremamente poucas, as bibliotecas municipais no Algarve. Outro mal, porém, se levanta, não falando dos meios que as bibliotecas dispõem, que será objecto de outro estudo. As poucas bibliotecas existentes pecam, não só por não possuírem instalações próprias, como por serem manifestamente acanhadas as que têm. Tal deficiência atinge proporções ao ponto de, ainda este ano, haver bibliotecas que têm de recusar ofertas de livros e até renunciar às próprias aquisições regulares que vinham fazendo, aliás já de si bastante limitadas. Dada a necessidade premente de actualização e facilidade de condições de leitura para concorrer aos modernos meios de cultura, nomeadamente do tipo áudio-visual, não se deve manter este estado de coisas.

É certo que, de um modo geral, os municípios, embora vejam aumentar gradualmente as suas receitas, têm de cobrir cada vez ainda maiores despesas para satisfazer as muitas novas necessidades que vão surgindo. Mas também é certo que nas suas agendas de trabalho convinha, mais do que nunca, formular uma nova escala de prioridades de necessidades a satisfazer, tais como a construção de instalações próprias, a curto prazo ou, se tal não fosse entretanto economicamente possível, ao menos que urgentemente se ampliassem as actuais instalações.

Se temos a dirigir as nossas bibliotecas, na sua maioria pessoas dedicadas que fazem tudo por tudo para ir de encontro ao leitor, quer facilitando a leitura de presença quer a domiciliária, a boa vontade de servir não chega. Faltam os meios.

É que o progresso não se mede apenas pelo seu desenvolvimento económico mas, concomitantemente, pela defesa e promoção dos valores culturais, especialmente morais e humanísticos. Se assim não for não haverá um desenvolvimento global — com todas as implicações desastrosas que daí advêm. Todas as civilizações que não souberam caldear tais factores decaíram e acabaram por desaparecer. E nesta Província os problemas das técnicas e dos interesses económicos preocupam de tal forma as pessoas, que os problemas culturais, morais e humanos vão sendo secundários de tal forma que muitas vezes até são esquecidos. No Algarve, apesar da sua agricultura e reduzida indústria atravessarem uma crise acentuada que esperamos, dentro em pouco, seja ultrapassada e vencida, houve, nesta última década, um nítido desenvolvimento económico especialmente devido às novas dimensões que o turismo impôs neste recanto do país. Pecou, contudo, este progresso e, até, desenvolvimento económico, na medida em que não foi respeitada uma escala de valores em que fosse tomada, na sua merecida posição, os problemas culturais nomeadamente no que diz respeito a bibliotecas e arquivos. Há muito que fazer, por todo o Distrito, neste campo.

Mesmo para quem veja nesta ordem e escala de valores apenas ou quase só o desenvolvimento económico, este último será também prejudicado com aquele juízo de valores. É que o turista especialmente culto, não se contenta com sol brilhante e suavidade do clima, praias encantadoras, bons hotéis e, até mesmo, casas de jogo. Quer mais, muito mais. Do

seu plano de férias, especialmente as pessoas cultas a partir da meia idade, fazem parte temas de investigações ou curiosidades culturais que lhes ocupam interesse de relevância incontestável e que não poderão nem deverão ser substituídos. E que temos nós para lhes apresentar? Há que salvar o património cultural que nos resta nos nossos antigos documentos, e adquirir, pelo menos um mínimo, para completar e elevar aquele património, não só para os turistas o poderem apreciar e estudar como e principalmente, afinal para todos os portugueses. Se não temos possibilidades de ocupar a vanguarda das maiores potências económicas e técnicas, aliás até porque não temos querido nem queremos explorar economicamente o Ultramar, a favor exclusivo da Metrópole, sejamos, por outro lado, ricos em conservar o que temos no campo cultural e adquirir tudo o mais que se repute básico pelo seu valor moral, humanístico e técnico, de forma a compensar todo o exagero de materialismo e tecnicismo de que já vamos começando a ser mais uma vítima. E não argumentemos que este plano seja muito dispendioso. Há apenas que vencer o arranque da montagem de edifícios com condições e bibliotecas actualizadas e bem orientadas. Depois as despesas não serão relativamente reduzidas em relação ao conjunto orçamental.

O esforço gigantesco que o Governo está a desenvolver no domínio da educação perder-se-á se os ex-estudantes, dotados do hábito de leitura, não se puderem servir do extraordinário meio de cultura que são as bibliotecas, pelo que há que tomar isto na sua devida conta sob pena de, faltando o elo de continuidade, se perder grande parte daquele esforço que, mais do que nunca, é digno de todos os elogios. (A. S. LOPES DE BRITO)

Arquivo Histórico Ultramarino — Exposição comemorativa do 40.º aniversário

No palácio da Junqueira, que foi residência dos Condes da Ega, encontra-se instalado, desde há anos, o Arquivo Histórico Ultramarino, repositório magnífico de livros originais, maços de documentos que são testemunho indesmentível e perene de uma acção civilizadora que se estendeu a todo o mundo.

Nas salas que viram tantas festas deslumbrantes assiste-se hoje a um labor dos mais fecundos para o esclarecimento da história da expansão portuguesa e para o estudo da evolução dos povos que tiveram contacto com os nossos marinheiros, os nossos missionários, os nossos cientistas, de antanho. Por isso se pode afirmar que o Arquivo Histórico Ultramarino tem servido, como poucas instituições, a história e a cultura portuguesas. Pelas suas salas têm necessariamente que passar todos os investigadores que se quiserem debruçar sobre os primórdios da história dos países da África, da Ásia, da América, da longínqua Oceania. Para todos eles guarda o Arquivo Histórico Ultramarino a possibilidade do encontro de um documento que virá lançar plena luz sobre factos que necessitam completo esclarecimento.

Para comemorar o 40.º aniversário do decreto que criou o Arquivo, decidiu o seu Director, o nosso Colega Dr. Alberto Iria, organizar uma exposição que patenteasse toda a acção desenvolvida nestes anos pela Instituição que dirige. Foi a mesma inaugurada no dia 8 de Junho passado pelo Ministro do Ultramar, Professor Silva Cunha, assistindo o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, o Director-Geral da Educação, os Directores da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo, os Drs. Silva Rego e Alexandre Lobato, assim como funcionários do Arquivo e do Ministério e, ainda, figuras gradas da cultura portuguesa.

À entrada da sala onde a exposição esteve patente descerrou o Prof. Silva Cunha uma lápide comemorativa, tendo depois o Dr. Alberto Iria proferido um discurso em que historiou a actividade do Arquivo, recordando quantos tinham contribuído para a sua conservação e engrandecimento. Acentuou de maneira especial os seguintes tópicos:

— Criado pelo decreto n.º 19 868, de 9 de Junho de 1931, devido ao então Ministro Prof. Dr. Armindo Monteiro, o seu recheio integra hoje milhões de documentos, mais de 2 000 códices, cerca de 1 700 maços e 4 000 caixas com documentos avulsos.

— Remodelado em novas bases arquivísticas, a sua organização actual obedece às mais recentes normas técnicas que permitem, em relação aos arquivos do Ultramar Português, a desejada uniformidade e a natural dependência destes últimos àquele na sua qualidade de arquivo central.

A exposição foi depois demoradamente visitada pelas entidades presentes, tendo a todas merecido os maiores encómios. De facto, o grupo de trabalho que a organizou pretendeu — e conseguiu — pôr em evidência os aspectos mais representativos da vida do Arquivo, desde os serviços públicos, distribuídos pela sala de leitura, biblioteca, gabinete de microfotografia e gabinete de restauro, até às actividades culturais e sociais do organismo, nomeadamente exposições dentro e fora do Arquivo (estas últimas em Lisboa, Brasil e Moçambique), sem esquecer a promoção de visitas de estudo de individualidades nacionais e estrangeiras e ainda as muitas homenagens prestadas ao Arquivo traduzidas em diplomas e medalhas.

Do esplêndido gabinete de restauro que o Arquivo Histórico Ultramarino possui e que é dirigido por técnicos especializados no estrangeiro, apresentaram-se trabalhos de recuperação realizados a partir de exemplares praticamente inaproveitáveis, facto que patenteou o alto nível a que chegaram os seus especialistas.

Deu-se igualmente projecção ao Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, dirigido pelo Prof. Dr. Silva Rego, de cuja actividade editorial se apresentaram expressivos testemunhos.

A exposição manteve-se aberta desde o dia 8 de Junho até ao dia 15 do mês seguinte, registando grande afluência de visitantes atraídos pela importância dos documentos expostos.

Um facto devemos ainda assinalar: no dia 7 de Junho, véspera da inauguração oficial da exposição, dentro do mais puro espírito de «relações públicas», infelizmente tão ignorado dentro das nossas bibliotecas e arquivos, o Dr. Alberto Iria reuniu os jornalistas na própria sala onde a mesma se encontrava para lhes referir alguns dos seus aspectos, aproveitando então o ensejo para apresentar quatro das suas colaboradoras que reputou como merecedoras de público elogio pela qualidade da exposição: as Dr.ªs Maria dos Prazeres Arsénio, Maria Augusta Barbosa, Maria Luísa Morais e Julieta Oliveira, as quais, com grande dedicação e belo espírito de grupo, tudo tinham feito para o interesse e valor do certame que iria ser aberto ao público.

«Cadernos» congratula-se com o êxito que foi a exposição comemorativa do 40.º aniversário do Arquivo Histórico Ultramarino e com o facto de a mesma ter sido um acontecimento de relevo na vida cultural do País, merecendo a atenção da maior parte da Imprensa e a colaboração da Radiotelevisão Portuguesa que apresentou, no seu programa «Horizonte», uma entrevista com o Dr. Alberto Iria, assim como a da Emissora Nacional, no seu programa «Momento 71». A este nosso Colega rendemos, mais uma vez, as nossas homenagens e na sua pessoa incluímos todos aqueles que fizeram do Arquivo Histórico Ultramarino uma instituição que honra Portugal.

A Biblioteca Geral da Universidade está a reunir material «histórico» de tipografia para a criação dum museu de Artes Gráficas

Coimbra é das cidades portuguesas que mais se pode orgulhar de ter uma histórica e valiosa tradição no domínio das Artes Gráficas, pois que, graças aos frades regantes do Mosteiro de Santa Cruz, aqui foi instalada uma oficina de tipografia, sessenta e oito anos após o inventor dos caracteres móveis, Guttemberg, ter impresso a sua primeira obra — a Bíblia.

Foi D. Dionísio de Moraes, prior crasteiro trienal de Santa Cruz, homem de grande cultura e que tinha feito o bacharelato em Paris, onde estudou cânones, que, à frente de um movimento cultural que então se verificava entre os crúzios, mandou instalar no prestigioso e não menos poderoso mosteiro, uma tipografia, servindo-se para tal do recente invento do homem de Mogúncia.

Assim, estando em Lisboa o gráfico francês German Galhard, foi este encarregado pelo prior de Santa Cruz de instalar a nova descoberta, com o fim de dar satisfação ao referido movimento cultural que então predominava nesta cidade.

Desta forma, foi em 9 de Abril de 1530, que dessa oficina do mosteiro crúzio saiu a primeira obra, composta com os caracteres móveis de Gutenberg.

Daí por diante, as Artes Gráficas nesta cidade, conheceram um movimento de progresso e crescimento, que culminou, com a criação, muito mais tarde, das oficinas da Universidade, que tiveram como seus mestres tipógrafos, João Barreira e João Álvares.

Desta forma se pode fazer uma ideia das belas e históricas tradições que nesta cidade e sua influenciada região, tiveram as Artes Gráficas, levando a concluir que, se as mesmas tiveram grande incremento e interesse, sem dúvida existirá nesta mesma região, um valioso espólio evocativo dessas épocas, no que diz respeito a materiais de tipografia e de feitura de papéis.

Atentando no interesse que a recolha desse material poderia ter para a criação de um futuro museu das Artes Gráficas, o Prof. Dr. Manuel Lopes de Almeida, que há cerca de um ano abandonou as funções de director da Biblioteca Geral da Universidade, iniciou a recolha de algum desse material — sem dúvida de grande valor — conseguindo remover para aquela Biblioteca, entre outros motivos, quatro históricos e valiosos prelos pombalinos (século xxiii), que se encontravam no Museu Machado de Castro, assim como vários tórculos, que pertenceram a oficinas particulares e que amavelmente foram oferecidos.

Assim, com o interesse daquele professor e agora secundado pelo actual director da Biblioteca, Sr. Prof. Dr. Braga da Cruz, parece que o Museu das Artes Gráficas vai ser uma realidade, estudando-se a possibilidade de o instalar na parte inferior da Biblioteca Joanina, precisamente no local onde se situaram as antigas prisões da Universidade.

No entanto, e para que se lhe possa dar a designação de um Museu, impõe-se a presença de muitos mais motivos, os quais se sabem existir nesta região, especialmente nos concelhos de Góis e Lousã, onde há uma tradição papeleira que vem do século xviii.

Há, pois, muito material tipográfico espalhado por toda a região, que somente se deteriora nos locais onde se encontra, e que muito poderia vir valorizar este importante documentário histórico sobre uma arte de tão nobres tradições e reveladora da cultura do nosso povo.

A própria Imprensa Nacional, em Lisboa, possui valioso material que pertenceu à Imprensa da Universidade de Coimbra, e que para ali foi aquando da extinção daquelas importantes oficinas.

Impõe-se, pois, que a iniciativa da Biblioteca seja compreendida e que surjam as necessárias ofertas ou cedências de materiais, para valorização do futuro museu.

A Biblioteca Municipal de Coimbra vai comemorar os cinquenta anos da sua existência

A Biblioteca Municipal de Coimbra, sem dúvida das mais ricas e com maior movimento de leitores entre as principais do nosso país, vai comemorar no próximo mês de Dezembro de 1972, o seu 50.º aniversário.

Assim, assinalando tão significativa efeméride, vão ser editadas várias publicações especiais, nomeadamente os «*Anais do Município. Séculos XV-XVI*», «*Arquivo Coimbra*», além de outras.

Igualmente se promoverão exposições, conferências e será cunhada uma medalha comemorativa.

No salão nobre dos Paços do Concelho, realizar-se-á uma exposição dos pergaminhos do Arquivo Municipal, sendo os mais antigos ali existentes do séc. XIII.

Biblioteca infantil em Viseu

Por iniciativa da Câmara Municipal de Viseu e com o auxílio da Fundação Calouste Gulbenkian foi instalada, no Parque da Cidade, uma biblioteca infantil.

Biblioteca Municipal de Aveiro

Durante o passado mês de Junho, a Biblioteca Municipal de Aires Barbosa registou o seguinte movimento:

361 leitores — sendo 340 de dia e 21 de noite — e 417 obras consultadas.

Biblioteca Municipal de Portimão

Integrada na II Feira do Livro de Portimão, realizou-se na Biblioteca Municipal uma exposição de livros de escritores algarvios, que englobou autores desde o século XVIII aos contemporâneos com especial relevo para os naturais de Portimão.

A exposição contou com a colaboração de vários expositores, do cineasta portimonense Júlio Bernardo (nos retratos dos escritores) e do Gabinete de História da Cidade (grupo ainda em organização).

A Biblioteca do Observatório Astronómico de Coimbra

Do seu correspondente em Coimbra e sob o título «*Afinal, não valeu a pena!*», publicou «*O Século*», em 7 de Outubro, uma local bastante significativa sobre o Observatório Astronómico daquela cidade. Vamos transcrevê-la até à parte que nos interessa aqui focar especialmente:

«O Observatório Astronómico de Coimbra tem sido falado, nestes últimos quinze dias, por lhe ter cabido, em sorte, ser uma das vinte estações de rastreio escolhidas pela N. A. S. A. para observação da nuvem de iões de bário, de que os jornais falaram. Não deve ocultar-se, todavia, que tal escolha foi determinada por motivos de natureza geográfica e de prestígio do actual director do estabelecimento.

Numa circunstanciada entrevista, por ele concedida ao «Diário de Coimbra», põem-se as coisas bem a claro, de forma a evitarem-se equívocos e narcisismos despropositados. Efectivamente, afirmou o sr. prof. Simões da Silva, que o Observatório, cujas instalações actuais foram inauguradas há vinte anos — «... tem uma dimensão exterior que corresponde, em absoluto, aos fins em vista, mas internamente não desempenha, ainda, as múltiplas funções para que foi criado, tanto no que diz respeito a

serviços de rotina e respectiva colaboração internacional, como no tocante a investigação científica». Isto porque — «... o quadro de pessoal é manifestamente insuficiente e bastante mal estruturado»; porque tendo a melhor biblioteca do País a nível astronómico (15 000 volumes), ela — «... nem sequer está catalogada por autores, o que equivale a dizer que é mero armazém de livros».

Depois do que fica dito por uma voz insuspeita e autorizada, cremos que não são precisos mais comentários. De facto, temos ainda bibliotecas valiosíssimas que não passam de «meros armazéns de livros» — sem que as culpas do facto possam ser, porém, assacadas a quem as orienta!...

Não se prevê a transferência num futuro próximo da Biblioteca Municipal Central de Lisboa

Foi noticiado, há tempos, que estaria a ser encarada a transferência, para o Palácio do Calhariz, da Biblioteca Municipal Central, instalada no Palácio Galveias, ao Campo Pequeno.

Mais recentemente, foi divulgado que a proposta feita, nesse sentido, pela respectiva repartição camarária, iria ser estudada, aguardando-se o despacho do presidente da edilidade, a fim de se iniciarem os trabalhos de remodelação das salas do Palácio do Calhariz e, conseqüentemente, o transporte e instalação de cerca de duzentos mil livros.

Tal informação, contudo, não tem fundamento — segundo nos afirmou o chefe do referido serviço, Dr. Joaquim da Silva Pinto —, muito embora a ideia tivesse sido considerada, em tempos, mas foi posta de lado, não tendo aquela repartição elaborado qualquer proposta sobre o assunto.

Aberta ao público desde as 9 às 21 horas, sem interrupção de horário, as suas instalações são utilizadas, como salas de estudo, pelos alunos da vizinha cidade universitária.

Além de possuir todas as publicações livres editadas no nosso país, preocupa-se ainda com a aquisição de obras estrangeiras solicitadas pelos seus leitores.

A biblioteca funciona, há cerca de 40 anos, no Palácio Galveias e dispõe de instalações por enquanto suficientes e que poderão ser ampliadas, se necessário.

Incorporação de registos notariais

Largas centenas de volumes de registos notariais, que se encontravam em Coimbra, foram agora incorporados no Arquivo Distrital de Aveiro em instalações provisórias anexas à Biblioteca Municipal de Aires Barbosa.

Oportunamente será feita a transferência dos livros de assentos de nascimentos, casa-mentos e óbitos, correspondentes a várias freguesias e de documentos referentes a conventos, etc., que se encontram também em Coimbra.

Serviços do Centro de Documentação e Informação do INII

1 — Serviço de Reprodução de Artigos

O Centro de Documentação e Informação, com o apoio dos vários Serviços e Núcleos do Instituto Nacional de Investigação Industrial, dispõe de um serviço de reprodução e divulgação de artigos científicos e técnicos, com base numa selecção de revistas estrangeiras recebidas regularmente na Biblioteca do INII.

Assim, são fornecidas quinzenalmente, às entidades inscritas, reproduções dos sumários (índices) das revistas em que estiverem interessadas.

Pela consulta dos referidos sumários poderão ser solicitadas reproduções dos artigos escolhidos, mediante o preenchimento de requisições apropriadas.

A assinatura anual é de 1 000\$00 para a inscrição em vinte revistas (acima deste número cobrar-se-ão mais 25\$00 por revista) incluindo:

- 1 — O fornecimento quinzenal dos sumários (índices) das revistas escolhidas.
- 2 — O fornecimento de um livro de requisições contendo cupões de pedidos de reproduções até 100 páginas de texto.
- 3 — Os encargos com a expedição.

2 — *Serviço de Difusão Selectiva de Resumos Bibliográficos*

Proseguindo a sua acção no domínio da Informação Técnica e Económica, o Instituto Nacional de Investigação Industrial, através do seu Centro de Documentação e Informação, inicia, a título experimental, um *Serviço de Difusão Selectiva — SDS — de Resumos Bibliográficos*.

Tendo em vista possibilitar o fácil acesso a este tipo de informação e a sua utilização tão completa quanto possível, é divulgada uma bibliografia acompanhada de um pequeno resumo em língua portuguesa, seleccionada de acordo com os interesses específicos ou «perfis» dos utilizadores.

Dada a complexidade e vastidão da aplicação de um sistema operacional deste tipo considerou-se conveniente, numa primeira fase, abranger apenas alguns sectores, nomeadamente:

- 1 — Management e Ciências Humanas
- 2 — Economia
- 3 — Metalurgia
- 4 — Corrosão e Protecção Anticorrosiva
- 5 — Design

A realização e o prosseguimento do SDS estão subordinados à receptividade que for manifestada por parte dos seus possíveis utilizadores.

Para o efeito, apenas terá de ser comunicado ao SDS quais as rubricas ou campos específicos que definem os seus domínios de interesse, a fim de se elaborar o «perfil» do utilizador. A partir dessa indicação este serviço passará a fornecer às empresas e organismos, mensalmente, a documentação correspondente, sob a forma de resumos em português.

Nesta primeira fase, a difusão será inteiramente livre de encargos para o utilizador, que apenas terá de suportar as despesas relativas a subsequentes pedidos de reprodução e expedição dos artigos originais que eventualmente lhe venham a interessar após a consulta dos resumos.

Biblioteca Britânica

Por decisão do Governo inglês fundiram-se numa única Biblioteca quatro organismos distintos (Biblioteca do Museu Britânico, Biblioteca Nacional Central, Biblioteca Nacional de Empréstimos para a Ciência e Tecnologia e a Bibliografia Britânica).

A Biblioteca Britânica tende a assegurar uma melhor eficiência de serviços dentro do campo biblioteconómico. Os seus principais objectivos são:

1. Preservar e tornar disponível para consulta um exemplar, pelo menos, de cada obra (livro ou publicação periódica) de origem nacional e o maior número possível de publicações estrangeiras.

2. Estabelecer um serviço central de empréstimo e fotocópias em apoio a outras bibliotecas e a outros sistemas de informação nacionais.

3. Promover a catalogação centralizada e outros serviços que digam respeito não apenas às necessidades das bibliotecas centrais, mas também às de todas as outras bibliotecas e centros de informação do país, em estreita cooperação com as bibliotecas centrais estrangeiras.

A legislação relativa à implantação da nova Biblioteca ainda não é do domínio público. Dentro em breve, uma comissão sob presidência ministerial ficará encarregada de planificar o novo organismo e de desenvolver e coordenar a sua política.

Comunidade das Bibliotecas Científicas Europeias

Cerca de 300 bibliotecas científicas europeias vão cooperar daqui em diante numa comunidade fundada sob a égide do Conselho da Europa, conforme foi decidido recentemente em Estrasburgo.

Estas bibliotecas — bibliotecas nacionais e bibliotecas universitárias de 22 países — servem principalmente para o trabalho de investigação científica. A «Comunidade das Bibliotecas Científicas Europeias» é convidada a coordenar os objectivos e a política de aquisição de livros, definindo prioridades. Por outro lado, ela velará por uma divisão do trabalho nos sectores especiais da investigação científica, pela modernização e aplicação uniforme de técnicas novas. As possibilidades práticas de aperfeiçoamento do serviço bibliotecário são examinadas actualmente por especialistas. Um colóquio de especialistas discutirá os resultados das experiências a partir de 1972, que será o ano internacional do livro.

Atendendo ao facto da iniciativa da criação desta Comunidade se dever às bibliotecas de investigação suíças, a sede provisória da mesma será a Biblioteca Cantonal e Universitária de Lausanne.

Portugal na Feira Internacional do Livro de Francoforte

Portugal teve representação colectiva pela primeira vez na já célebre Feira de Francoforte entre os 58 países que aí concorreram, tendo obtido lugar — uma área de 175 × 180 metros quadrados — no mais importante e prestigioso edifício do certame que acolhe as representações nacionais colectivas e os mais proeminentes editores.

O apoio financeiro e técnico foi dado pelo Fundo de Fomento da Exportação, tendo sido funcionários experientes desta instituição que arranjaram a área com sobriedade e dignidade.

Estiveram representadas 45 casas editoras, 11 instituições públicas e ainda duas entidades: — Fundação Calouste Gulbenkian e a Companhia dos Diamantes de Angola, num total de cerca de 2 500 volumes.

Portugal conquistou, para a edição portuguesa, uma presença imperiosa na maior, mais importante e mais antiga feira do livro do mundo.

O Grémio dos Editores e Livreiros providenciou no sentido de estarem permanentemente presentes um gerente de livraria e duas intérpretes para satisfazer todas as consultas dos visitantes.

Não se pode conhecer ainda o proveito imediato da nossa participação na Feira. No entanto, já se sabe que livreiros de países europeus onde o contingente de emigrados portugueses é maior se interessaram pelos nossos livros.

Exposição do livro em Mocuba

Na novel cidade de Mocuba esteve patente ao público, nos dias 13 a 18 de Abril findo, uma exposição de obras literárias, com especial predominância do livro católico.

O *Apostolado pelo Livro e pela Liturgia* de Quelimane, com o patrocínio da Câmara Municipal, em cujos Paços do Concelho se realizou esta apresentação, expôs 1 570 títulos, sendo muitos deles em língua estrangeira. Espera-se que esta iniciativa muito vá contribuir para a formação da Biblioteca Municipal, bem como de outras actividades culturais por parte do respectivo Pelouro — como convém à cidade que é, pela sua privilegiada situação geográfica, o «coração da Zambézia».

Exposição do Livro em Quelimane

Por iniciativa do *Apostolado pelo Livro e pela Liturgia* e de colaboração com as outras quatro livrarias locais (Transmontana, Vidal e Monte & Giro), realizou-se no rés-do-chão do prédio Baião, de 12 a 26 de Julho de 1971, uma grande exposição do livro católico.

O lugar central onde se realizou, o facto de estar aberta até às 21 ou 22 horas, a grande variedade de livros de todo o género (mais de duas mil e quinhentas obras diferentes), a cuidada ornamentação, a música de fundo e a presença de pessoal habilitado a prestar as informações bibliográficas muitas vezes solicitadas, concorreram para que a Exposição fosse visitada por milhares de pessoas, muitas das quais, mesmo de camadas menos cultas, demoraram horas a percorrê-la, olhando para os títulos e índices, lendo algumas passagens, reflectindo, tudo numa atitude de respeito e recolhimento edificante.

Foram adquiridas 831 obras, num total de Esc. 47 373\$50, o que, dado tratar-se de uma Exposição e não de uma Feira, e dada a ausência de literatura fútil ou menos conveniente, representa um razoável acolhimento da parte do público.

Exposições na Biblioteca Nacional de Lisboa

Integradas no VI Congresso Internacional de Higiene e Medicina Escolares estiveram patentes duas exposições bibliográficas na Biblioteca Nacional.

Exposição de Livros Americanos no Porto

No Salão de Vitorino Ribeiro, na Biblioteca Pública Municipal, foi inaugurada uma exposição de livros subordinados ao tema «Fine and performing arts», promovida pelo consulado dos Estados Unidos, em colaboração com o município portuense.

Ao acto inaugural, esteve presente, entre outras individualidades, o sr. James D. Conley, director dos Serviços de Informação e Culturais da embaixada americana em Lisboa.

A exposição, constituída por livros de arte, arquitectura e desenho urbanístico, dança, desenho e artes decorativas, artes gráficas e fotografia, música, cinema e televisão, pintura e escultura, bem como actividades afins, tais como teatro, etc., e por uma colecção de vinte gravuras de artistas americanos e afro-americanos contemporâneos, esteve aberta diariamente, excepto aos domingos, das 14 às 19 horas, tendo sido exibidos, entre as 18 e as 19 horas, vários

filmes, pela seguinte ordem: «Pintura Abstrata» (arquitectura); «Rocka, is my Soul» (dança); «Art of the Real» (fotografia creativa); «O Fenómeno Wyeth»; «Escultores dos Estados Unidos»; «Paul Taylor: um artista e a sua obra» (dança); «A Visão Americana» (pintura).

A ciência da informação apreciada na Sociedade de Geografia

Sob a presidência do Dr. Zeferino Ferreira Paulo, efectuou-se uma reunião da Secção da Informação Científica da Sociedade de Geografia de Lisboa. Perante os vogais presentes e os técnicos da especialidade convidados, o Dr. Zeferino Paulo deu a conhecer os mais relevantes acontecimentos e os novos ângulos no domínio da Ciência da Informação, especialmente no que respeita à óptica da Informática, tanto a nível nacional como internacional, e, ainda, as principais iniciativas previstas, a curto e médio prazo, nos mesmos domínios e níveis.

A Secção foi esclarecida acerca da rede nacional de Informação Científico-Técnica, da comissão permanente do I. C. T., da criação do Grupo de Trabalho Permanente Económico-Social, das actividades actuais e projectadas do Information Policy Group da O. C. D. E., etc. Foi, também, descrita a estruturação e funcionamento da «Clearing-house», sobre «Thesauri», do Centro de Documentação Científica Ultramarina.

Discutiu-se, particularmente, o projecto em curso da realização em Lisboa dos Cursos Internacionais de Informação Científica e de preparação pós-graduados de especialistas da Informação Científico-Técnica.

Os componentes da Secção tomaram parte na troca de impressões sobre os assuntos versados, nomeadamente, o Dr. Guerra Cardoso dos Santos e a Dr.^a Luísa Brás e Farmhouse, congratulando-se pelo que, actualmente, se verifica em Portugal, significativo do almejado progresso científico e tecnológico, quer no sector público, quer no sector privado, no domínio da Ciência da Informação e com a inerente responsabilidade dos governos neste processo de estruturação dos apoios à Ciência e à Tecnologia em desenvolvimento.

IV Congresso Internacional de Reprografia

O Comité Francês de Reprografia organizará o IV Congresso de Reprografia em Paris, em Setembro de 1974, ao mesmo tempo que se realizará a Exposição Internacional da Informação, Comunicação e Organização de Serviços — SÉCOB, no novo grande centro dos congressos a inaugurar nesse mesmo mês e ano, no Maillot Gateway.

As comunicações para este Congresso podem ser enviadas ao Sr. Paul Poindron, Presidente do Comité Français de la Reprographie, 6 Place de Valois, Paris - Ier.

Curso sobre Bibliotecas Técnicas

De 8 a 9 de Novembro, organizado pela COPRAI — Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa, realiza-se um curso sobre «Biblioteca Técnica na Empresa — Organização e Gestão», cuja monitora, Dr.^a Celeste Morgado Tavares, desenvolverá os seguintes temas: Bibliotecas, seus objectivos. Conceito moderno de bibliotecas; Bibliotecas Técnicas; Bibliotecas de empresa, sua situação na estrutura da empresa; Organograma e posto

de trabalho numa biblioteca; Qualificação do pessoal e respectiva formação; Tipos de publicações: periódicas, não-periódicas, seriadas. A revista ou publicação periódica, seu registo; Artigos e «abstracts»; Revistas de «abstracts»; O livro — partes do livro; Aquisição de publicações; Obras a adquirir: de preferência, especializadas; Critérios de selecção; Interesse dos utilizadores; Recepção; Registo e qualificação; Catalogação — fichas e ficheiros; Divulgação de obras adquiridas; Empréstimo; Normalização Documental; Reprodução de documentos; Instalações e arquivos; Custos de exploração; Fontes documentais; Organismos e Instituições internacionais; Intercâmbios.

Reuniões de Valorização Profissional

LISBOA

Na reunião de trabalhos do passado dia 14 de Julho, realizada, como de costume, na Biblioteca Nacional, em ambiente de franca camaradagem, programaram-se as actividades para o ano de 1971-1972, de Outubro de 71 a Julho de 72.

Os assuntos a tratar serão os seguintes:

Outubro — Cooperação em matéria de documentação — Dr.^a Manuela Cruzeiro.

Novembro — Problemas de normalização — Dr. Mário Costa.

Dezembro — Cooperação internacional em matéria de documentação — Dr.^a Alda Cabral.

Janeiro — Impressões de uma viagem de estudo — um grupo que participou na viagem.

Fevereiro e Março — Problemas de informática, com uma visita ao Centro de Informática do Ministério da Justiça.

Abril — Bibliotecas para cegos — Dr. Filipe Oliva.

Mai — Serviços educativos em arquivos — Dr.^{as} Maria Alice Lamy Tavares Chicó e Natércia Brito Camacho da Rocha.

Junho — Bibliotecas escolares — Dr.^a Manuela Nogueira.

Julho — Programação de actividades para o novo ano de trabalhos.

Este calendário poderá ser alterado pelo Encontro de Luanda ou por qualquer outra razão.

REUNIÕES CIENTÍFICAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
1-5 Out. 1971	Otava		1. ^a Conferência de Otava sobre «A base conceptual da classificação do conhecimento»		Secretariado: Prof. J. A. Wojciechowski, Fac. of Philosophy Univ. of Ottawa, 223, Main Street, Ottawa, Canadá

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
3-6 Out. 1971	Berlim	Deutsche Gesellschaft für medizinische Dokumentation und Statistik, Berlinerstr. 27 69 Heidelberg, Germany	Congresso Internacional sobre o Processamento dos Dados em Medicina		
11-13 Out. 1971	Francoforte		Seminário da IAG sobre «Programas de educação para mudança de sistema»		Secretariado: IFIP/IAG, Stadhouderskade 6, Amsterdam
12-13 Out. 1971	Genebra	ISO, 1 rue de Varembe, Genebra	Encontro de coordenação de organizações internacionais sobre a representação e codificação de nomes de países		
14-16 Out. 1971	Budapeste	Building Information Centre, Diószegi-út 37, Budapest XI	2.ª Conferência Internacional sobre Documentação da construção		
18-19 Out. 1971	Haia		Encontro da FID/C 54 + 66 (Ciências Químicas)		
18-22 Out. 1971	Herrenalb Floresta Negra (Alemanha)		23.ª Reunião anual da Sociedade Alemã para a Documentação		Secretariado: Westendstrasse 19, Frankfurt/Main
22-23 Out. 1971	Utreque (Países-Baixos)	The new Dutch foundation for the Promotion of Informatics in Medicine and Public Health	Simpósio Nacional sobre Informática em Medicina		

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

DATA	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
26-29 Out. 1971	Warsaw		Encontro da FID/CCC (Comité Central de Classificação) incluindo um encontro do Grupo Executivo da FID/CCC		
11-13 Nov. 1971	Denver (USA)		Simpósio sobre «Diretrizes na Educação na Ciência da Informação»		Secretariado: Don S. Culbertson, Information Science and Automation Division/American Library Association, 50 East Huron Street, Chicago, IL 60611, USA
.../Dez. 1971	Taschkent (USSR)		Seminário para os países em desenvolvimento	Bibliotecas públicas e o seu lugar e objectivo na vida cultural nos países em desenvolvimento	Secretariado: IFLA, 7 Hofweg, The Hague
4 Jan. 1972	Loughborough (Reino Unido)	The British Computer Society, 29 Portland Place, London	Simpósio sobre «O Direito e o Computador»		
4-6 Jan. 1972	Londres	Info Fair 2, Brintex Exhibitions Ltd., 3 Clements Inn, London W. C. 2	Conferência sobre «Informação para uma gestão lucrativa»		
17-19 Jan. 1972	Turim		Encontro do grupo preparatório sobre reorganização da ISO/TC 97	Computadores e processamento da informação	Secretariado: American National Standards Institute — AN SI, 1430 Broadway, New York
16-18 Fev. 1972	Paris		Simpósio sobre «Organização da intercalação avançada»		Secretariado: IAG, 6 Stadhouderskade, Amsterdam
22-23 Fev. 1972	Haia		Encontro do Comité Executivo da FID		

DATA	LOCAIS	ORGANIZADORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
24-25 Fev. 1972	Haia		Encontro do Conselho da FID		
6-8 Março 1972	Nova Iorque		Conferência Anual da Federação Nacional da Ciência dos Resumos e Serviços de Indexação — NFSAIS		Secretariado: 2102 Arch Street, Philadelphia, Pa., USA.
19-21 Março 1972	Boston		Encontro anual da CIES (Sociedade Comparativa e Internacional da Educação)	1.º Teoria na educação comparativa: 2.º Publicações actuais no planeamento educacional. 3.º Padrões culturais e processamento do ensino.	Secretariado: Dr. Edward J. Nemeth 111 Teachers College University of Nebraska, Lincoln, Nebraska 68508.
27-30 Março 1972	Roma		19.º Congresso Científico Internacional sobre Electrónica		Secretariado: Via Crescenzi 9, Roma

O Município de Lisboa distribuiu bibliotecas com 132 mil livros por instituições de educação, cultura e assistência

Numa cerimónia a que presidiu o eng. Santos e Castro, chefe da edilidade lisboeta, foram distribuídas mais 20 bibliotecas por diversos organismos de educação, cultura e assistência.

Presentes, entre outras individualidades, os srs. eng. D. Segismundo de Saldanha, vice-presidente e drs. Joaquim da Silva Pinto e Fernando Castelo Branco, respectivamente, chefes das Repartições de Bibliotecas e Museus e da Acção Cultural da Câmara. O sr. eng. Santos e Castro declarou que, felizmente, era rotineira aquela cerimónia, porque o Município distribui, duas vezes por ano, bibliotecas.

«Até ao momento — acrescentou — a Câmara dotou a cidade, desde 1959, com 443 bibliotecas, contendo mais de 132 mil livros, que se encontram, agora, à disposição de todos aqueles que os queiram consultar ou requisitar».

Em nome dos organismos contemplados, agradeceu o sr. dr. José Francisco Rodrigues, provedor da Casa Pia de Lisboa, que saudou o sr. presidente da Câmara e enalteceu a acção desenvolvida pelo primeiro Município do País em prol da difusão da cultura e do gosto pela leitura entre a sua população.

Um «banco de dados» para os educadores

Com o fim de auxiliar as nações em vias de desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, a resolver os seus problemas de alfabetização, foi criado em 1968 o Instituto Internacional para os Métodos de Alfabetização de Adultos, sob o patrocínio da Unesco e do Governo do Irão.

A função principal deste Instituto é servir de centro de documentação, recolhendo e difundindo sugestões e estudos sobre tudo o que diga respeito ao ensino de adultos. Entre os dados recolhidos figuram os métodos empregados pelos «projectos pilotos» da Unesco no «Programa experimental mundial de alfabetização funcional».

Das tarefas atribuídas ao Instituto salienta-se o impulso a dar à investigação pelas universidades e institutos sobre os métodos de ensino e, a longo prazo, a formação de especialistas da alfabetização funcional.

O Instituto edita, além de uma revista trimestral, em francês e inglês, intitulada «Discussion sur l'alphabétisation»⁽¹⁾ (que pode ser enviada gratuitamente às instituições e às pessoas que se interessam por este problema, com o fim de estimular o intercâmbio entre especialistas), uma outra publicação «Travail de l'alphabétisation» que dedica cada fascículo a um aspecto particular da questão e contém, além de resumos de estudos e relatórios, apreciações de obras relativas a projectos para a África, Ásia e América Latina.

O Instituto tem trinta colaboradores entre os quais um grande número de especialistas das ciências sociais. A maior parte são iranianos, mas há também dois ingleses, dois suíços e um representante da França, República Federal da Alemanha, Espanha e Estados Unidos.

Do intercâmbio das informações sobre as experiências realizadas em qualquer parte do mundo depende o enriquecimento dos conhecimentos dos educadores e evita a repetição de experiências custosas e inúteis. Ele funciona como um «banco onde cada cliente se pode servir dos depósitos de todos os outros».

Centro Internacional de Informação sobre o Direito de Autor

A Unesco, em cumprimento da decisão aprovada pela Conferência Geral, na sua 16.ª reunião, criou um Centro Internacional de Informação sobre o Direito de Autor. O seu objectivo é dar aos países em vias de desenvolvimento um acesso fácil às obras protegidas. Assim, o Centro encarregar-se-á de:

— compilar a informação sobre o direito de autor relativa aos livros que podem ser postos à disposição dos países em vias de desenvolvimento nas condições mais favoráveis para eles;

— promover o trespasse para esses países dos direitos cedidos pelos titulares de direitos de autor;

— contribuir para a criação de modelos de formulários de contratos para a tradução, reimpressão e outros direitos de que necessitam esses países;

— estudar os meios de obter o direito de autor e outros direitos nos países que não dispõem de divisas estrangeiras;

— fomentar regras para a adaptação e a publicação de obras, particularmente as de carácter técnico e pedagógico.

(1) Pode ser pedida para L'Institut International pour les méthodes d'alphabétisation des adultes, B. P. 1555, Téhéran (Iran).

Encontro de jornalistas responsáveis pelos serviços de informação cultural

Sob o patrocínio da Unesco efectuou-se, de 19 a 20 de Abril de 1971, uma «mesa redonda» constituída pelos responsáveis dos serviços de informações culturais nos jornais ou redes de radiotelevisão.

Vinte e quatro jornalistas, de quinze países da Europa, participaram neste encontro, presidido por Richard Hoggart, subdirector geral da Unesco, acompanhado pelos principais colaboradores dos departamentos de cultura e de informação daquela organização internacional.

Após os debates sobre a «explosão cultural» que se verifica há uma dezena de anos, sobre as suas causas e consequências, especialmente no domínio da imprensa, os participantes concluíram ser necessário um esforço, a iniciar pela Unesco ou pelas grandes agências, para avaliar o volume de informações consagradas às diversas formas de actividades culturais. Decidiram criar um organismo coordenado que os representará na Unesco e propagará encontros regulares, para os quais serão convidados os representantes de outros jornais ou redes de radiotelevisão.

A informação como factor essencial da motivação

Uma revista francesa publicou recentemente («Entreprise», 788, Out. 1970) um interessante artigo sobre o presidente da Matsushita, «o mais rendoso negócio no Japão actualmente». Uma fotografia mostrava três mil «executivos» cantando, numa atmosfera provavelmente oriental, um hino à glória do trabalho: «No esforço encontramos a nossa felicidade. O nosso coração transborda de entusiasmo». Segundo um dos directores da empresa, esta mística estaria em todo o pessoal, do presidente ao varredor. De resto, o artigo intitulava-se «O lucro pela mística».

Para nós, tais métodos de gestão — pois trata-se realmente disto — são surpreendentes. Suscitariam mesmo alguma inquietação. Mas o varredor da Matsushita lembra-me outro episódio.

Visitei recentemente uma fábrica da região. O patrão, que me esperava, veio receber-me ao pátio da empresa. Ele parou um instante, quando chegávamos ao patamar do edifício, para dizer algumas palavras a um contínuo. Pude ouvir: «É preciso limpar o pátio. Um «big boss» americano deve vir esta tarde. Há grandes encomendas em jogo. Temos que causar boa impressão». O tom era familiar.

Visitando a fábrica, eu pensava na cena observada no pátio. Reflectindo sobre o caso, encontrei aí uma parábola sobre a boa informação na empresa. Com as simplificações, bem entendido, próprias de toda a parábola. Mas também com ensinamentos.

Pensando no fluxo volumoso de informações de toda natureza, impessoais, insípidas e frequentemente ainda prolíficas, que atravessam os nossos serviços, os nossos escritórios e das quais temos grande dificuldade em reter o essencial, aquela mensagem rápida pareceu-me rica e repleta de méritos. De méritos frequentemente esquecidos, embora banais.

Deixemos de lado a relação directa do patrão ao varredor, que nada significa para o caso. Outra pessoa poderia ter feito a recomendação.

Mas retenhamos as vantagens da expressão oral. Há uma coisa que geralmente perdemos ao transpor uma mensagem para a forma escrita, se bem que não seja apanágio exclusivo da fala: a personalização da mensagem. A certeza de que chegará ao destinatário (que acontece

verdadeiramente com as nossas circulares?). A possibilidade de que este mesmo destinatário responda, seja apenas para dizer um simples «sim». Maior concisão, já que a prolixidade parece actualmente andar junto com o papel. A enumeração poderia ir mais longe.

De facto, o conteúdo da mensagem, sobretudo, espantou-me. Como seu efeito.

Este conteúdo conjugava instrução e informação. Numa aliança que me pareceu extraordinariamente compacta, rica e energética. A instrução, junta com o comentário, mudava de dimensão. Esta nova dimensão dava a uma tarefa humilde uma importância e uma qualificação inesperada e redignificadoras.

O homem participava de uma acção comum: duas frases informavam-no da vinda do eventual comprador da encomenda, fornecendo-lhe ao mesmo tempo um objectivo. Um objectivo pessoal, no quadro de um objectivo geral.

Uma boa informação pode ser dada em palavras simples. Simples como uma parábola.

Quando, um pouco mais tarde, atravessei o pátio pela segunda vez, ele brilhava impecável ao sol. O varredor acabava o seu trabalho. Assobiava uma canção velha e bem conhecida, certamente pouco respeitosa para o visitante esperado, mas testemunha do melhor espírito da empresa. (R. FAVARGER — Director-adjunto da União de Bancos Suíços e membro do comité da ADOST).

Hábitos de leitura em Espanha

O Instituto de Opinião Pública de Espanha procedeu a um inquérito sobre os hábitos de leitura, radiofusão e televisão cujas conclusões foram as seguintes:

38% dos leitores leram um a dois livros; 29% de leitores leram 3 a 5 livros; 7% de leitores leram 6 a 10 livros; 3% de leitores leram mais de 10 livros.

Nesta última percentagem contam-se os profissionais de meios de comunicação. Os estudantes descem a 6% e os empresários a 5%.

86% dos leitores são proprietários dos livros (compra); 17% dos leitores são proprietários (oferecidos); 24% dos leitores lêem por empréstimo de amigos; 16% dos leitores lêem nas bibliotecas.

Os estudantes são os que mais utilizam os livros emprestados pelos amigos (45%) e os empresários os que menos utilizam este empréstimo (5%). Os que mais lêem livros de bibliotecas são os professores, universitários (27%) e de ensino médio (21%); os que menos utilizam este meio são os empresários (2%) e os técnicos de meios de comunicação (4%).

Os tipos de livros lidos habitualmente são a literatura, poesia e crítica literária (55%); a Arte, Música, Arquitectura e Teatro têm 35% de leitores; as Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia e Antropologia) tem 34%; a Economia 20% e a Política e problemas mundiais 33%. O Ensaio tem 43% de leitores; a História, Filosofia e Teologia 47%. A Ciência e Técnica só têm 17%.

As leituras ligeiras não atingem percentagens altas:

Ciência e ficção, 11%; Viagens e hobbies, 13%; Novelas policiais, 23%; Biografia, 32% de leitores.

Os universitários lêem essencialmente literatura, poesia, crítica literária; os políticos (55%) e os empresários (48%), História, Filosofia e Teologia.

49% dos leitores lêem livros em francês; 27% em inglês; 15% em italiano; 7% em alemão; e 3% noutras línguas. Os livros em idiomas estrangeiros são lidos por professores universitários e do ensino médio, principalmente.

Leitura de jornais ilustrados e bandas desenhadas em França

Um inquérito recente, efectuado em França, revelou que 78% das crianças em idade escolar lêem jornais ilustrados e bandas desenhadas.

É entre os 9 e os 12 anos que as crianças se interessam mais por este tipo de leitura, embora com a idade de 17 anos essa percentagem seja ainda de 21%.

4.º Prémio trienal de bibliografia

A Liga Internacional da Biblioteca Antiga atribue, de três em três anos, um prémio destinado a recompensar o autor do melhor trabalho de bibliografia erudita ou de investigação respeitante à história do livro ou da tipografia, inédito ou impresso, redigido numa língua universalmente empregada e de interesse geral para os profissionais, eruditos ou coleccionadores. As obras editadas ou manuscritas devem ser entregues em três exemplares no Gabinete do secretário do *Prix triennial*, rue du Chêne 5, B-1000, Bruxelas (Bélgica), até 16 meses antes da data da atribuição do prémio, na Primavera de 1973. A data limite da entrega dos trabalhos está fixada para 31 de Dezembro de 1971.

Secretário Geral da FID

Encontra-se vago, a partir de Outubro de 1971, o cargo de Secretário Geral da FID, remunerado inicialmente com 45 000 a 55 000 florins holandeses. As funções do Secretário Geral da FID são:

- direcção das actividades do Secretariado Geral da FID;
- coordenação dos trabalhos dos Comitês da FID;
- avaliação das possibilidades em obter contactos da FID com o estrangeiro;
- preparação e organização de encontros internacionais.

Enciclopédia de Biblioteconomia em 18 volumes

Sob a direcção literária de Allen Kent e Harold Lancor, continua a publicar-se a «Encyclopedia of library and information science» que se acha prevista para 18 volumes. Até agora já foram publicados quatro volumes assim discriminados:

- Vol. 1 — A - ASSOCIAC., 1968, 676 p.
- Vol. 2 — ASSOCIATION-BOOK WORD, 1969, 707 p.
- Vol. 3 — BOOKMOBILES - CALIFORNIA, 1970, 620 p.
- Vol. 4 — CANADA-CLUMPS, 1971.

Cada volume inclui cerca de 100 palavras de entrada com 80 a 90 artigos. A saída do 5.º volume estava prevista para o mês de Setembro há pouco findo.

Esta enciclopédia procura ser uma obra completa e autorizada sobre a biblioteconomia e a ciência da informação do nosso tempo combinando, nos dois campos, a teoria com a prática. Os assuntos acham-se ordenados alfabeticamente e incluem remissões cruzadas. A maior parte dos artigos têm vastas secções de consulta e, em muitos casos ainda, extensas bibliografias.

A obra é editada pela casa Marcel Dekker Inc. de Nova Iorque, custando \$40 por volume aos assinantes e \$50 por volume avulso.

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

* São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento no lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos... (*Diário do Governo*, II Série, n.º 712, 1971-7).

* Encontra-se vago o lugar de primeiro-bibliotecário da Biblioteca do Ministério do Ultramar. Os interessados devem dirigir-se à Direcção-Geral de Educação do referido Ministério, onde lhe serão prestados todos os esclarecimentos.

* São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no art. 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 e art. 5.º do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto, de que podem requerer a sua transferência para o lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série n.º 152, 1971-6-30). (Prazo de dez dias a contar da publicação deste aviso).

* São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no art. 15.º do Dec.-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Dec.-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e artigo 5.º do Dec.-Lei n.º 407-70 de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Dec.-Lei n.º 46 350, a sua transferência para os seguintes lugares:

Dois lugares de segundo-bibliotecário na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias a contar da publicação do presente Aviso no D. G. (Direcção-Geral, do Ensino Superior e das Belas-Artes. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 165, 1971-7-15).

* Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento do lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecário-arquivista-documentalista. Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do aviso no Diário do Governo, os seus requerimentos... (*Diário do Governo*, II Série, n.º 170, 1971-7-21).

* São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento nos seguintes lugares: quatro lugares de segundo-bibliotecário da Reitoria da Universidade de Lisboa. Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos... (*Diário do Governo*, II Série, n.º 172, 1971-7-23).

* São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento nos seguintes lugares:

Dois lugares de segundo-bibliotecário na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos... (*Diário do Governo*, II Série, n.º 196, 1971-8-20).

* São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento nos seguintes lugares:

Três lugares de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos... (*Diário do Governo*, II Série, n.º 206, 1971-9-1).

* Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo*, II Série, n.º 206, de 1 de Setembro de 1971, novamente se publica o seguinte:

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto) com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento no lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos... (*Diário do Governo*, II Série, n.º 214, 1971-9-10).

* De harmonia com o disposto pelos artigos 1.º, 2.º e 7.º § 1.º, alínea j) do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 317, de 13 de Junho de 1941, e 17.º, primeira parte, do Decreto-Lei n.º 37 249, de 28 de Dezembro de 1948, anuncia-se a abertura de concurso documental, pelo prazo de TRINTA DIAS, a contar da data do presente aviso no D. G., para provimento da vaga de terceiro-bibliotecário da biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e das que eventualmente ocorram durante o correspondente período de validade, conforme foi autorizado por despacho de S. Ex.^a o Secretário de Estado do Tesouro de 4 do presente mês. Ao concurso serão candidatos os indivíduos habilitados com o curso superior de bibliotecário-arquivista e de idade entre 21 e 35 anos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 228, 1971-9-23).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Licenciada Maria Valentina Cota do Amaral Sul Mendes, contratada para, como terceiro-bibliotecário, prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa, rescindindo, a seu pedido, o respectivo contrato por não ter chegado a tomar posse. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 152, 1971-6-30).

* Licenciada Josefina Cardoso Chagas de Lusignan de Azevedo — provida no lugar de primeiro-bibliotecário do quadro referido no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 407-70, de 24 de Agosto, a fim de prestar serviço na Universidade de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 155, 1971-7-3).

* Licenciada Maria de Lurdes Fonseca David, 2.º bibliotecário em serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa — rescindindo, a seu pedido, o respectivo contrato por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 160, 1971-7-9).

* Licenciada Lucília Alice Teixeira de Matos Rodrigues de Paiva, terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 171, 1971-7-22).

* Maria Helena da Cruz Coelho — contratada para monitor além do quadro do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 171, 1971-7-22).

* Maria da Conceição Pires Coelho, primeiro-oficial do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Ultramar — nomeada, nos termos das bases XXII, XXIII, e XXIV da Lei n.º 2 085, de 17 de Agosto de 1956, para exercer, em comissão de serviço, funções equiparadas às de segundo-bibliotecário do Instituto de Estudos Sociais da Junta da Acção Social. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 172, 1971-7-23).

* Licenciado António Eugénio Lopes Saldanha — exonerado, a seu pedido, de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, lugar de que se encontra na situação de licença ilimitada. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 190, 1971-8-13).

* Licenciada Maria da Conceição Pires Coelho, bibliotecária do Instituto de Estudos Sociais — concedida uma bolsa de estudos fora do País de 1 de Outubro a 18 de Dezembro. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 199, 1971-8-21).

* Licenciada Maria da Adoração Castro Monteiro — contratada para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 4 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço no Arquivo Distrital do Porto. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 214, 1971-9-10).

* Licenciado António Cerqueira Ferraz Correia — nomeado, por dois anos, director dos Serviços de Documentação e Informações da Universidade de Luanda. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 216, 1971-9-13).